

Processo: 35499/2025 - PL 616/2025

Fase Atual: 8. Diligências da Comissão

Ação Realizada: Devolvido

Próxima Fase: Inclusão em Pauta

De: Secretaria de Comissões Permanentes

Para: Secretaria de Apoio Legislativo

COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 016/2026/SCP

Senhor Secretário,

Estamos devolvendo para o arquivo o Processo nº 35499/2025, de autoria da **Vereadora Paula Calil** que *"INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE MENTAL E DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL, NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE CUIABÁ."*

Ocorre que a propositura dispõe sobre matéria já legislada, ao passo que o Art. 160, § 1º do Regimento Interno desta casa de Leis, veda a disciplina simultânea sobre o mesmo assunto.

Além da causa de prejudicialidade, tal sobreposição normativa tem o condão de gerar lacuna de conflitos, mitigando o grau de estabilidade e confiança legítima do ordenamento jurídico.

Trata-se da Lei nº 7.164/2024, que *"dispõe sobre o programa permanente em saúde mental, destinado à comunidade escolar da rede pública municipal de ensino."*

Eis a Lei, conforme publicada no portal desta Casa de Leis:

LEI Nº 7.164 DE 14 DE OUTUBRO DE 2024



AUTOR: VEREADOR FELLIPE CORRÊA

PUBLICADO NA GAZETA MUNICIPAL Nº 975 DE 18 DE OUTUBRO DE 2024

*INSTITUI O PROGRAMA PERMANENTE
EM SAÚDE MENTAL, DESTINADO À
COMUNIDADE ESCOLAR DA REDE
PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.*

*O **PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABÁ - MT**: Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:*

***Art. 1º** Esta lei objetiva instituir o Programa Permanente em Saúde Mental, destinado à comunidade escolar das escolas públicas da Rede Municipal de Ensino.*

***Art. 2º** Fica instituído o Programa Permanente em Saúde Mental, destinado à comunidade escolar das escolas públicas da Rede Municipal de Ensino. Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, consideram-se integrantes da comunidade escolar os alunos, seus pais e responsáveis e os professores e profissionais que atuam na escola.*

***Art. 3º** São objetivos do Programa instituído por esta Lei:*

I - promover a saúde mental da comunidade escolar;

II - garantir aos integrantes da comunidade escolar o acesso à atenção psicossocial;



III - informar e sensibilizar a sociedade sobre a importância de cuidados psicossociais na comunidade escolar; e

IV - promover a educação permanente de gestores e profissionais da educação na área da saúde mental, capacitando-os a identificarem problemas relacionados à saúde mental.

Art. 4º *Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.*

A **leitura detida dos dispositivos revela, com extrema nitidez**, que não há complementação, remissão básica, ou outro instituto hermenêutico que justifique a manutenção do trâmite regular da propositura, por imperativo lógico-jurídico.

Atenciosamente,

Marcio Henrique Pereira Cardoso
Secretário de Comissões Permanentes

Cuiabá-MT, 29 de janeiro de 2026.

Tramitado por: Rafael Martins da Cruz

